

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.540 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 13 DE AGOSTO DE 2002

## Congresso discute Orçamento para o futuro presidente

O Orçamento Geral da União para o ano de 2003, que será administrado pelo futuro presidente, chega ao Congresso até 31 de agosto. A proposta – em elaboração pelo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso – deve ser discutida e votada pelos



parlamentares até 15 de dezembro. Depois que chegar ao Legislativo, a Lei Orçamentária Anual passa pela análise da Comissão Mista de Orçamento e, posteriormente, do Plenário do Congresso. A lei abrange os orçamentos fiscal, da seguridade e de investimentos.

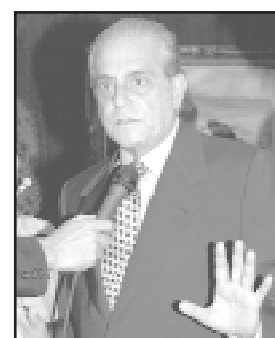
PÁGINA 3



### Senado doa livros em braile a estudantes mineiros

Alunos deficientes visuais da Escola Estadual São Rafael, de Belo Horizonte, visitaram ontem o estande do Senado no 3º Salão do Livro de Minas Gerais. A escola recebeu publicações em braile.

PÁGINA 2



Jane de Araújo

Ramez Tebet: "Não podemos mais conviver com o crime organizado, com o narcotráfico"

### Tebet elogia ação do Senado para combater violência

PÁGINA 3

### Saturnino defende regras mais flexíveis do FMI para o Brasil

PÁGINA 4

### Moradia deve ser prioridade do governo, diz Mauro

PÁGINA 4

### Emilia apóia minirreforma tributária

A senadora Emilia Fernandes manifestou apoio à minirreforma tributária, que está sendo discutida na Câmara dos Deputados. Entre outras medidas, a proposta acaba com a cumulatividade do PIS e da Cofins atualmente imposta às empresas.

PÁGINA 4



Célio Azeredo

Emilia: mudanças darão "fôlego à produção e à geração de emprego"

### Projeto de Lobão garante férias semestrais a estagiário

PÁGINA 2

# Escola mineira recebe do Senado livros em braile

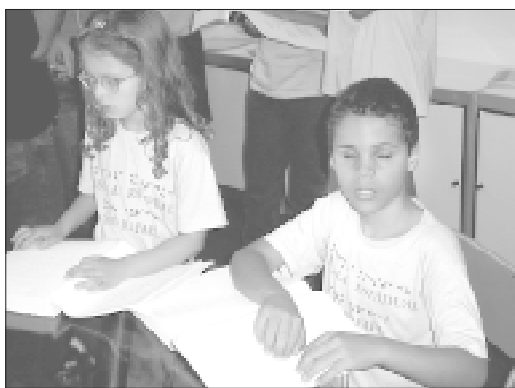
Publicações são entregues à Escola Estadual São Rafael, de Belo Horizonte, durante a realização do 3º Salão do Livro de Minas Gerais

Cerca de 20 alunos deficientes visuais da 1ª série do ensino fundamental da Escola Estadual São Rafael, de Belo Horizonte, visitaram ontem o estande do Senado no 3º Salão do Livro de Minas Gerais. A escola recebeu da equipe do Senado cópias de publicações em braile, editadas pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Constituição de 1988, o Código de Proteção e Defesa do Consumidor e a Lei de Doação de Órgãos.

O diretor da Escola Estadual São Rafael, José Juvenal da Cruz Filho, que é deficiente visual, elogiou a iniciativa, por considerar que a oferta de publicações em braile é fundamental para a inclusão dos deficientes visuais à sociedade.

— A inclusão dos deficientes visuais é das mais fáceis. Porém, para isso, precisamos de iniciativas como essa, do Senado Federal — afirmou.

A escola, fundada há 76 anos, tem 380 estudantes deficientes visuais. As crianças presentes ao Salão do Livro, com idades entre



Alunos deficientes visuais lêem livro em braile, no estande do Senado Federal

seis e 16 anos, puderam acompanhar a leitura de histórias por artistas e cantores mineiros. Para o diretor, a participação em um evento fora da escola ajuda as crianças a se sentirem parte da comunidade.

## PUBLICAÇÕES

Durante a visita, o diretor da Subsecretaria de Edições Técnicas, Raimundo Pontes Cunha Neto, se comprometeu a enviar para a escola os textos das publicações editadas pela subsecretaria em meio magnético para impressão em braile pela Secretaria Esta-

dual de Educação de Belo Horizonte. A instituição vai receber cerca de 40 livros, entre legislação e a *Revista de Informação Legislativa*.

A coordenadora da Seção Braile da Biblioteca Pública Estadual Luís de Bessa, Vânia Mara Oberda, presente ao evento,

comentou a doação de livros pelo Senado. “É uma iniciativa muito importante. Falta divulgação de informação para o deficiente visual. A publicação dos livros supre essa falta”, disse.

O Senado edita obras em braile desde 1988, que são distribuídas a bibliotecas públicas de todo país. A Comissão de Feiras do Livro oferece as publicações ao público dos eventos literários, convida instituições de deficientes visuais a conhecerem o trabalho desenvolvido pela Casa e doa coleções em braile para o acervo de bibliotecas.

# Estagiário poderá ter férias semestrais

A Comissão de Educação (CE) examinará projeto de lei de autoria do senador Edison Lobão (PFL-MA) que assegura direito a 15 dias de férias — a cada semestre trabalhado — a todos os estagiários em empresas privadas, públicas, sociedades de economia mista ou órgãos da administração direta, autárquica e fundacional. Sempre que possível,



Lobão, autor do projeto, defende que estudante tenha maior convivência familiar

as férias do estagiário devem coincidir com o período de férias escolares.

Em sua justificativa, o senador argumenta que a concessão de férias quinzenais, a cada intervalo de seis meses, garantirá descansos remunerados que permitam ao estudante uma convivência maior com a família.

— O início da carreira de filhos adolescentes, muitas vezes, atrapalha a programação das férias familiares e representa privação de um convívio também necessário para a formação do indivíduo — explica.

Lobão acrescenta que sua proposta permitirá que milhares de postos de trabalho, atualmente vagos, sejam ocupados por jovens, que, sem direito a férias, simplesmente desistem de estagiar, perdendo a oportunidade de aprimorar-se e a possibilidade de receber uma renda adicional.

# “Túnel do Tempo” passa por reforma de estrutura

As obras de reforço estrutural do “Túnel do Tempo”, denominação do corredor que liga o prédio principal do Senado aos gabinetes e comissões técnicas, deverão estar concluídas no final de outubro, conforme previsão do diretor de Engenharia da Casa, Afonso Celso Vieira de Queiroz. Segundo ele, a obra é necessária em virtude de alguns trechos da laje de cobertura terem apresentado deformações, chegando a ceder até 10 centímetros.

Afonso de Queiroz esclareceu que, embora a laje não apresentasse risco de desabamento, a Subsecretaria de Engenharia resolveu iniciar a obra com o objetivo de prevenir qualquer incidente. Acrescentou que, mais cedo ou mais tarde, a obra teria de ser realizada, já que as deformações na laje tendem a aumentar.

O diretor de Engenharia disse que o reforço, orçado em R\$ 124

mil, é considerado indispensável para preservar a estrutura do edifício do Senado e informou que engenheiros estão acompanhando a obra diariamente. A Infrasolo é a empresa responsável pela execução dos trabalhos, que estão sendo realizados por 20 homens, em dois turnos.

Com as obras no Túnel do Tempo, foram retirados do local 14 bustos de personagens históricos brasileiros e 41 vitrines com fotos, ilustrações e textos, detalhando a história do Senado, do Império à República.

Após a conclusão das obras, as vitrines e bustos serão dispostos no local, sobre um novo piso de granito a ser colocado em toda a extensão do túnel, em substituição ao carpete, a exemplo do que vem sendo feito nos corredores de acesso às comissões, aos gabinetes e nas áreas contíguas ao Auditório Petrônio Portella.

# Senado nas eleições

A legislação eleitoral em vigor determina que cada partido ou coligação deve reservar o mínimo de 30% e o máximo de 70% para

**Faltam 54 dias para as eleições**

o registro de candidaturas de cada sexo. Em outras palavras, isso quer dizer que pelo menos 30% das vagas disponíveis devem ser atribuídas às mulheres. Mas a participação feminina no Senado Federal não deve alcançar esse patamar. Dos 334 candidatos ao Senado nas próximas eleições, apenas 40 são mulheres.

As mulheres ocuparam uma cadeira no Senado pela primeira vez em 1980. Foi Eunice Michilles, eleita suplente do senador pelo Amazonas João Bosco. Assumiu com a morte do titular, ficando até 1987. Desde então, outras 17 passaram pela Casa, sendo sete

como titulares.

Em 1990 foram eleitas senadoras Marluce Pinto (PMDB-RR) e Júnia Marise (PDT-MG). Em 1994, a participação feminina nas eleições foi mais representativa, quando 869 mulheres se candidataram a cargos eletivos no país. Foram eleitas 32 deputadas federais e três senadoras. Entre elas, Benedita da Silva (PT-RJ), a primeira negra eleita na história do Senado brasileiro.

Fora as suplentes, o Senado conta atualmente com cinco senadoras eleitas. Heloísa Helena (PT-AL) e Maria do Carmo Alves (PFL-SE) cumprirão mandato até 2006. As outras três estão em final de mandato e são candidatas à reeleição: Marina Silva (PT-AC), Marluce Pinto e Emilia Fernandes (PT-RS).

## MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet  
1º Vice-Presidente: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira  
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

## Ramez Tebet elogia ação do Senado no combate à violência

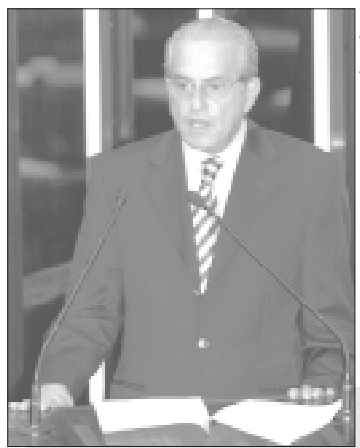
O presidente do Senado, Ramez Tebet, considerou positivo o trabalho que a instituição vem fazendo para aprimorar a legislação penal brasileira, apontando os projetos oriundos da Comissão Mista de Segurança Pública como valiosa contribuição no combate à violência, "que tem atingido limites estratosféricos no Brasil". Ele informou que, dos 11 projetos de iniciativa do Senado, nove foram aprovados e remetidos à Câmara, devendo a votação dos dois restantes concluir-se rapidamente ainda em 2002.

— Não podemos mais conviver com o crime organizado, com o contrabando, com o narcotráfico. As famílias brasileiras estão intranquias e a solução para isso não é fácil, depende de um conjunto de medidas — disse Tebet.

Ressaltando que democracia é um governo baseado em leis, Tebet afirmou que o Legislativo cumpriu seu papel votando projetos que endurecem as penas para os criminosos de alta periculosidade. Da mesma forma, observou, foram votadas leis que abrandam as penas para os autores de delitos menores.

Ramez Tebet acrescentou que, na elaboração de leis para combater a violência, o Congresso deu e está dando significativa contribuição à sociedade. Ele enfatizou que o crime exige ações concretas, mas com amparo legal.

— Portanto, na medida em que o Poder Legislativo faz leis, está proporcionando meios que, somados a outros, dão ao Executivo a oportunidade de combater a violência e a impunidade, que, infelizmente, estão aumentando muito no Brasil — resumiu.



Ramez Tebet diz que a sociedade brasileira não pode mais conviver com o crime organizado

## Casa já aprovou vários projetos da Comissão Mista de Segurança

Propostas discutidas e acolhidas pela Comissão Mista de Segurança Pública já foram aprovadas no Senado e tramitam agora na Câmara dos Deputados. Encontram-se nessa situação, por exemplo, o projeto que dispõe sobre os crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, e o que modifica a pena imposta aos crimes de corrupção ativa e passiva.

A primeira matéria prevê a inclusão de tráfico ilícito de órgãos ou pessoas e de financiamento do terrorismo no rol de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores. A matéria também concede ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) o poder de requerer aos órgãos da administração pública informações cadastrais bancárias e financeiras de pessoas envolvidas em atividades suspeitas.

A outra proposta altera o Código Penal para determinar que o condenado por crime contra a administração pública terá a progressão de regime do cumprimento da pena condicionada à repa-

ração do dano que causou ou à devolução dos benefícios obtidos às custas do erário. Já a pena para crimes de corrupção ativa e passiva passa a ser de reclusão de dois a 12 anos, adequando-se à pena imposta para peculato (apropriação indevida de bens públicos por servidor).

Durante dois meses de trabalho, a Comissão Mista de Segurança Pública aprovou três propostas de emenda à Constituição e 14 projetos de lei que propõem mudanças significativas na legislação penal brasileira. Desse montante, sete alteram o Código de Processo Penal no sentido de reduzir o número de recursos e a duração dos processos criminais.

Além de tentar combater a morosidade da Justiça, a comissão aprovou iniciativas estabelecendo punições mais rigorosas para crimes de homicídio, lesão corporal e seqüestro. Uma inovação adotada foi a tipificação do crime de extorsão mediante privação de liberdade, o "seqüestro-relâmpago", com pena de reclusão variando de 6 a 12 anos.

# Orçamento de 2003 chega ao Congresso até o dia 31

Projeto deve ser discutido e votado até 15 de dezembro. Bases da proposta já estão definidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias

O Orçamento da União para o próximo ano, que será administrado pelo futuro presidente da República, chega ao Congresso até o dia 31 de agosto, devendo ser discutido pelos parlamentares e votado até 15 de dezembro ou em data a ser estabelecida no último mês do ano pelo presidente do Senado, Ramez Tebet. A proposta está sendo elaborada pelo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Ao chegar ao Legislativo, o projeto de orçamento da União para o próximo ano deverá ser examinado e votado pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e posteriormente pelo Congresso Nacional.

A Lei Orçamentária Anual é composta pelo orçamento fiscal, orçamento da seguridade e orçamento de investimentos — das empresas estatais. A proposta orçamentária para 2003 será baseada na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2003, aprovada em julho pelo Congresso. A LDO de 2003 prevê superávit primário do setor público (sobra de caixa, antes do pagamento de juros) de 3,75% com relação ao Produto Interno Bruto (PIB) e inflação anual de 4%.

A LDO também fixou em R\$ 6 bilhões a reserva de contingência, dos quais R\$ 5 bilhões deverão ser usados para efetivar as emendas dos parlamentares ao Orçamento de 2003 e conceder um aumento real para o atual salário mínimo, de R\$ 200, em abril de 2003.

Baseado nas metas da LDO, o Orçamento da União para 2003 vai fixar recursos para pagamento das despesas do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, na parte relativa ao orçamento fiscal, que estabelece os gastos com a administração pública. O orçamento da seguridade vai determinar os gastos com a Previdência Social, saúde, assistência social e trabalho. Já o orçamento de investimentos estabelecerá os gastos das empresas estatais.

Presidida pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), a Comissão Mista de Orçamento — que vai analisar o projeto, antes de remeter a matéria ao Plenário do Congresso — é composta por 63 deputados e 22 senadores, além dos respectivos suplentes.



Gerardo Magela

Cabe à Comissão Mista a primeira análise da proposta orçamentária

## Lei prevê todos os gastos da União

A Lei Orçamentária Anual lista todos os gastos da União, como a manutenção da máquina pública dos três Poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário), os desembolsos com saúde, educação, transferências para estados e municípios, benefícios previdenciários e até os juros da dívida interna e externa que serão pagos no ano seguinte. A lei inclui ainda todas as receitas esperadas, como impostos e contribuições. Na prática, o orçamento tem que ser "contabilmente equilibrado", ou seja, as receitas projetadas devem ser iguais às despesas fixadas.

O projeto de lei orçamentária é preparado pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF) do Ministério do Planejamento e encaminhado pela Presidência da República ao Congresso Nacional, para ser apreciado e votado. Por trás de toda essa estrutura estão parâmetros que afetam toda a sociedade. Em 2002, o Orçamento da União prevê gastos de R\$ 671,8 bilhões.

## Fala, Cidadão

O *Jornal do Senado* publica perguntas dirigidas aos senadores abordando questões de interesse público. As desta edição foram veiculadas pela TV Senado. Você pode participar e ter sua pergunta respondida aqui, ligando gratuitamente para o serviço *A Voz do Cidadão* — 0800-61-2211 — e autorizando a publicação.

**José Armando Pontes — Campo Bom (RS)**

O governo federal deveria implantar técnicas agrícolas nas reservas indígenas, além de garantir verbas para recuperar a cultura dos índios.

**O senador Roberto Freire (PPS-PE) responde:** a tecnologia é algo de fundamental importância para a agricultura. Há, atualmente, todo um processo de modernização na exploração de terras, colheita de alimentos e seleção de sementes. É fundamental que se utilize em qualquer região, seja indígena ou não.

**Bento Pedro Martins — Rio de Janeiro (RJ)**

Gostaria de saber se existe lei que dê direito ao cidadão de concorrer a cargo eletivo por um partido político, mesmo que essa legenda se negue a registrá-lo.

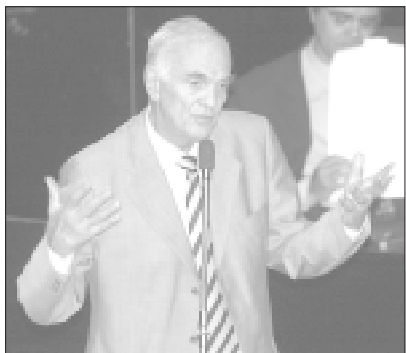
**O senador Pedro Simon (PMDB-RS) responde:** para concorrer a qualquer cargo eletivo, o cidadão tem que ser eleitor e estar previamente inscrito em um partido, com antecedência de um ano. Hoje, da maneira como é feita a vida político-partidária brasileira, é muito difícil que se consiga que um cidadão seja candidato não sendo inscrito em um partido. Se fosse adotado um regime de eleições chamado misto, no qual poderíamos escolher o deputado como se escolhe o prefeito, uma determinada região escolhendo majoritariamente um deputado, aí poderia aparecer a inscrição individual para que ele pudesse ser candidato.

# Saturnino: acordo com FMI pode impedir crescimento

Ele afirma que maior obstáculo para que se alcance meta anual de 4,5%, bem como geração de 10 milhões de empregos, está na política de juros altos. Na sua opinião, novo presidente terá que renegociar com o Fundo

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) alertou que o novo acordo entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional (FMI) pode ameaçar o cumprimento de propostas dos candidatos à sucessão presidencial, como as de crescimento econômico anual de 4,5% e de geração de 8 a 10 milhões de empregos nos próximos quatro anos.

Na sua opinião, o maior obstáculo à implementação dessas metas é a manutenção da política de juros altos e de superávits primários de 3,75% do Produto Interno Bruto (PIB) ao ano. "O candidato eleito terá que renegociar essas regras com o FMI logo no



Roberto Saturnino advertiu para risco de "um choque institucional grave"

início do seu governo", afirmou.

Embora admita a impossibilidade de rompimento do acordo pelo futuro presidente da República, Saturnino sustenta que o país não terá condições de suportar "tama-

nho arrocho". A negociação de exigências mais flexíveis, observou, seria condição indispensável ao atendimento das demandas da sociedade por desenvolvimento econômico e social.

Para Roberto Saturnino, o recente acordo, que prevê a liberação de US\$ 6 bilhões a partir de setembro, só vai "dar folga" às contas do atual governo. "O movimento do Fundo no sentido de cercar por todos os lados a manutenção da política econômica foi corroborado pela equipe econômica", disse o senador, preocupado com a possibilidade de uma permanência das atuais expectativas sobre a economia gerar "um choque institucional grave".

## Emilia defende minirreforma tributária

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) afirmou que apóia a minirreforma tributária em discussão na Câmara, que poderá ser votada pelos deputados e senadores até o final do ano.

A proposta acaba com a cumulatividade do PIS e da Cofins paga pelas empresas, prevendo que o PIS deixará de incidir sobre o faturamento das empresas e passaria a ser calculado sobre uma base menor, com a dedução de vários gastos.

— Na verdade, o Brasil precisa fazer uma reforma tributária completa, a qual o governo Fernando Henrique não quis fazer. Assim, a



Ampliação do Simples também é defendida por Emilia Fernandes

minirreforma é um começo, que dará fôlego à produção e à geração de empregos — sustentou Emilia.

Além de defender uma reforma tributária, a senadora sustenta que o governo tem de fortalecer as exportações e diminuir a carga tributária, "que onera a produção e castiga os trabalhadores". Para ela, a carga tributária brasileira está comprometendo a competitividade e a eficiência dos setores produtivos do país.

A carga tributária do país, conforme dados do IBGE, chegou a 34,5% do PIB no ano passado. Ou seja, de tudo que se produziu em

2001, mais de um terço foi destinado ao pagamento de impostos federais, estaduais e municipais.

Emilia Fernandes informou ainda que apóia o projeto, também em tramitação na Câmara, que amplia o Simples (Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte).

Ao comentar a divulgação, pelas Nações Unidas, do *ranking* mundial de desenvolvimento humano, a senadora lamentou que o Brasil seja novamente colocado entre as nações com as maiores concentrações de renda do mundo.

— O Brasil é o 73º colocado entre os 173 países pesquisados e o quarto pior do planeta no quesito de distribuição de renda — observou.

## Mauro cobra prioridade para moradia

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) disse que o Brasil não pode mais aceitar que os planos de governo na área habitacional continuem sempre aquém das necessidades, condicionados à prioridade concedida ao pagamento do serviço da dívida externa e à ciranda dos especuladores estrangeiros nas bolsas de valores do país.

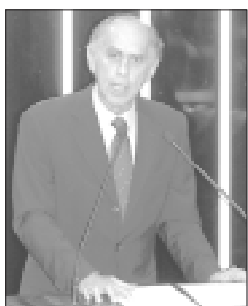
— Trata-se de um escândalo, da maior prova de nossa incompetência como Estado e como nação nestes cinco séculos desde o Descobrimento — afirmou.

Na avaliação do senador, já se consolida a consciência da rela-

ção entre descumprimento do direito à moradia e os problemas de precariedade da saúde e de acirramento da violência.

Ele defendeu a urgente consolidação, em nível federal, das ações de política urbana em um só órgão, uma vez que a atual dispersão das ações

"não é racional e nem produtiva". Para o senador, Brasília — uma cidade planejada — é provavelmente o maior exemplo, no mundo, de insuficiência de planejamento ur-



Mauro Miranda quer evitar repetição dos erros de planejamento

bano em relação ao fluxo populacional.

— Não devemos permitir que esse erro se prolongue ou se repita — frisou.

Depois de apontar a necessidade de se adotarem medidas de combate à subutilização de moradias no Brasil, ele destacou que "os eleitores

haverão de preferir, no pleito de outubro, os candidatos majoritários que apresentarem planos convincentes para redução do déficit habitacional".

## Bezerra pede rapidez em certificado para banana de MT

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) fez um apelo ao Ministério da Agricultura e ao Instituto de Defesa Animal (Indea) para que se agilize a emissão de certificados de comprovação de qualidade da banana produzida em Mato Grosso. Segundo o senador, sem o documento, a fruta do estado não é liberada para comercialização, dificultando a delicada situação econômica dos pequenos agricultores.

O certificado é exigido desde que, em 1999, as plantações de banana em Mato Grosso começaram a ser atacadas pelo fungo *sigatoka negra*. Por conta da praga, somente os produtos comprovadamente livres do mal podem ser comercializados. O problema, conforme Carlos Bezerra, está



Demora na liberação prejudica produtor local, afirma Carlos Bezerra

na demora com que o ministério oficializa o pedido do Indea para liberar a produção de algum agricultor. Em média, são dez dias de espera. Isso, segundo o senador, prejudica ainda mais os produtores, que já aumentaram de três a quatro vezes seus gastos para erradicação da praga.

Bezerra destacou, no entanto, que o Indea vem desenvolvendo um bom trabalho de controle do fungo, ajudando os agricultores que não conseguem arcar com os gastos com sua eliminação. O instituto precisa apenas, conforme o senador, se esforçar para que os produtores de áreas comprovadamente livres da praga não corram o risco de perder sua produção, na espera pelo certificado de qualidade.

## Desenvolvimento de Roraima é destacado por Romero Jucá

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) destacou o desenvolvimento de Roraima, afirmando que, "por ser um estado novo, tem um grande horizonte pela frente". O parlamentar ressaltou que tanto os governos estadual e municipais quanto a sociedade civil têm em suas

mãos a possibilidade de direcionar o desenvolvimento do estado e minimizar os futuros problemas que hoje afetam os grandes centros do país.

Na sua opinião, "aprendendo com os erros do passado, é possível transformar a capital, Boa Vista, em uma cidade modelo de progresso e boa administração, cujo exemplo pode ser um estímulo para todo o estado". Ele disse que tem feito a sua parte, lutando diariamente no Senado por projetos e recursos para o estado, embora reconheça que "a missão é árdua, pois centenas de parlamentares



Para Romero Jucá, Boa Vista pode tornar-se modelo de progresso

buscam trazer recursos para seus estados", garantindo as verbas necessárias para o desenvolvimento.

Romero Jucá citou as emendas que apresentou ao Orçamento da União e que beneficiaram 69 obras no município de Caracaraí, 30 no município de Cantá e 26 em Caroebe. Os recursos foram destinados à aquisição de máquinas e equipamentos, construção de escolas, creches, centros comunitários e obras de infraestrutura, como estradas, eletrificação e saneamento básico.

Além das emendas ao Orçamento, Jucá citou proposições em tramitação no Congresso que autorizam a criação de regiões integradas de desenvolvimento e de escolas agrotécnicas no estado e dispõem sobre a exploração e o aproveitamento de recursos minerais em terras indígenas, entre outras.